

3 Estado-Nação e identidade nacional

3.1 Conceito de identidade nacional

A formação da identidade nacional

Ao longo da nossa vida sentimos que fazemos parte de um sistema social global que corresponde a uma nação, organizada num Estado. Este sentimento é partilhado com outras pessoas, que também pertencem à mesma nação. Podemos então dizer que nos identificamos com um coletivo (conjunto da população, de maneiras de viver e de instituições sociais) que ocupa um determinado território, com fronteiras.

Esta identificação é a base da formação da nossa identidade nacional. Para esta formação contribui o facto de se terem desenvolvido, dentro de um mesmo território, uma língua (ou várias línguas), uma cultura (ou várias culturas) e uma história comuns. A identidade nacional pode então ser caracterizada pela pertença a um sistema social (Nação e Estado), no qual se partilham valores, crenças, normas e até comportamentos. O sentimento de pertença pode trazer-nos alegrias mas, também, tristezas. Por exemplo, ficamos contentes quando as nossas seleções nacionais de futebol ganham jogos. Deste modo, podemos considerar que o sentimento de pertença a uma nação e Estado tem aspetos subjetivos. Baseia-se, principalmente, naquilo que imaginamos existir e que é partilhado pelos nossos compatriotas – os valores, a maneira de viver, as crenças sobre o mundo que nos rodeia, a religião (ou religiões), etc.

Mas, a nossa identidade nacional também tem aspetos objetivos: os nomes que nos são dados quando nascemos, o local onde nascemos, as famílias de quem descendemos e a língua (ou as línguas) que falamos e partilhamos com as outras pessoas. Em muitos países, estes dados objetivos da nossa identidade fazem mesmo parte de um documento nacional de identificação: Bilhete ou Cartão Nacional de Identidade.

É importante dizer, no entanto, que uma nação nem sempre corresponde a um só povo. E nem sempre, num Estado, existe apenas uma identidade nacional partilhada por todos. Há estados modernos em que se veem vários grupos a reclamar a sua independência face ao Estado onde estão inseridos. Na Ásia do Sudoeste, Timor-Leste é o exemplo mais recente de um país que conquistou a sua independência, e se tornou um Estado-Nação autónomo.

As pessoas e os grupos que vivem dentro de um mesmo Estado podem, também, não falar a mesma língua. Apesar disso podem sentir que pertencem à mesma nação. É possível, igualmente, falarmos uma língua

i

A identificação com um coletivo (população, maneira de viver e instituições) contribui para a formação da identidade nacional.

que pertence a outra nação, mas sentir que somos cidadãos do país onde vivemos. Assim, a partilha de uma só língua (ou de uma só cultura) não é uma condição determinante para a construção da identidade nacional. Por isso, pode dizer-se que a identidade nacional não é uma identidade unidimensional (só com origem na mesma língua e cultura). Antes, tem vários aspetos que a podem definir como pluridimensional (estar ligada ao convívio entre várias línguas e culturas).



A bandeira nacional de Timor-Leste é um símbolo da identidade nacional timorense



Zygmunt Bauman (1925-)

Sociólogo polaco que definiu a identidade nacional como importante para as sociedades atuais.

Atividade

Responde, no teu caderno, às seguintes questões:

1. Define, por palavras tuas, identidade nacional.
2. A identidade nacional tem dois aspetos principais: um mais subjetivo e outro mais objetivo. Descreve cada um destes aspetos.
3. Na tua opinião, é necessário existir uma só língua e uma só cultura para haver uma identidade nacional?

Identidade nacional e a ‘comunidade imaginada’

Zygmunt Bauman, um sociólogo que tem estudado as sociedades atuais, diz que é importante a existência do sentimento de identidade nacional. Permite às pessoas viver com a segurança de pertencer a um país. Estas acreditam no Estado e pensam que este pode proteger alguns aspetos da sua vida social. Quando isto acontece, o Estado torna-se num símbolo da unificação de um país, no qual a identidade nacional se baseia.

O sentimento de pertença a um país é apenas uma identificação com um sistema social, que pode ser considerado como uma ‘comunidade imaginada’. Este conceito foi criado por um estudioso em Ciências Políticas chamado **Benedict Anderson**. Com isto, ele quis dizer que não conhecemos todos os habitantes, todos os grupos sociais e todas as instituições que fazem parte do nosso país ou nação. Assim, passamos a imaginar como é a nossa comunidade nacional, porque a não conhecemos em todos os seus aspetos, principalmente as pessoas que dela fazem parte.

Mas, ao mesmo tempo, a forma como imaginamos a nossa comunidade não é um fenómeno individual. As outras pessoas do nosso país também a imaginam como nós. Neste sentido, ela transforma-se numa realidade, partilhada por todos. Partilhamos símbolos, como a bandeira e o hino nacional, a história comum e as referências aos nossos antepassados.

Quando falamos em timorenses, por exemplo, há coisas que imaginamos que todos os nacionais timorenses têm em comum. Há uma identificação de todos com uma ‘**comunidade imaginada**’. Esta identificação é muito importante para a formação da identidade nacional. Um timorense sente que todos os timorenses têm qualquer coisa em comum, mesmo que não se conheçam pessoalmente.

Deste modo, é o que pensamos existir de comum entre todos que forma as bases de uma nação. A nação torna-se, assim, numa realidade para nós. Como todos a imaginam de uma forma semelhante, em muitos dos seus aspetos, isto dá-nos o sentimento de pertencer a algo que é maior do que nós. Como se fosse uma totalidade. Fazemos parte desta totalidade e não de outra. As outras nações são, assim, diferentes da nossa.

Mas esta ‘comunidade imaginada’ foi sendo construída ao longo dos tempos. Há um passado comum, vivido pelas pessoas dentro do mesmo território. Quando nascemos, todo este passado já tinha sido construído pelos nossos antepassados. Por isso, não escolhemos a nossa nação. Mas, esta parte do princípio que queremos fazer parte dela. É qualquer coisa que vem do passado e é difícil de mudar. Os mitos antigos da origem dos países são um dos aspetos mais importantes na formação da identidade nacional. É um fenómeno positivo, mas também tem sido usado de uma forma negativa por alguns nacionalismos, como veremos mais à frente.



Benedict Anderson (1936-)

Professor de Ciências Políticas da Universidade de Cornell (Estados Unidos da América). Especializou-se em estudos sobre o nascimento do nacionalismo na Ásia do Sudeste.

Comunidade imaginada

Comunidade composta por um grande conjunto de pessoas (nação) que, sem se conhecerem umas às outras, se identificam com um passado comum, vivido dentro do mesmo território, e com a sociedade de que fazem parte.



Atividade

Lê, com atenção, o texto seguinte:

Pouco tempo antes da sua morte, ao refletir sobre o que deseja para o povo maubere, Konis (Santana) não sonha com uma economia próspera, nem com o potencial militar, nem com instituições políticas exemplares, mas apenas com uma cultura própria, ao serviço do povo, que preserve os valores tradicionais, que seja um fator de unidade e que leve os outros povos a respeitar a sua independência. Os lorikus devem querer usar a sua própria língua para cantar o hino da liberdade no cume das montanhas azuis.

Adaptado de Mattoso, J. (2005). *A dignidade, Konis Santana e a resistência timorense*. Lisboa: Temas & Debates.

Neste pequeno texto podemos considerar que Konis Santana imaginava como, na sua visão, deveria ser Timor-Leste no futuro.

1. Define, por palavras tuas, uma 'comunidade imaginada'.
2. Qual a principal ideia de Konis Santana para a 'comunidade imaginada' de Timor-Leste no futuro?

3.2 Identidade nacional e nacionalismo

Já vimos que a formação da identidade nacional está relacionada com o nosso sentimento de pertença a um país e a um Estado. Podemos considerar que esta formação dá origem a um nacionalismo popular e antigo, ligado a sentimentos e a comportamentos emocionais. Trata-se de uma ligação ao nosso país e aos nossos antepassados, com base numa herança comum. Com base nela, desejamos ser autónomos e livres em relação a outras nações. Este desejo está na origem da definição do nacionalismo como um conjunto de sentimentos, dos quais pode resultar um Estado próprio.

Mas o nacionalismo pode ter outros significados, que não estão forçosamente ligados ao nosso sentimento de pertença. Um desses significados nasceu com o Estado-Nação. Relaciona-se com a ideia de que as nações são divisões naturais entre grupos humanos que ocupam um mesmo território. A cada um deve corresponder um Estado.

Este tipo de nacionalismo tem duas versões principais. A primeira diz respeito ao que podemos designar por nacionalismo emancipador ou nacionalismo cívico. A segunda refere-se a um outro tipo de nacionalismo, a que podemos chamar nacionalismo totalitário.

Nacionalismo emancipador ou cívico. O nacionalismo emancipador ou cívico tem por base uma ideia de nação fundada em valores de participação e de inclusão. Quer isto dizer que todos aqueles que partilham uma cultura, uma religião, uma língua e um território fazem parte de uma comunidade identificada com uma nacionalidade. Mas esta participação e inclusão só são completas quando, nesta comunidade, são reconhecidas todas as culturas, religiões e línguas existentes num dado território comum.

Este tipo de nacionalismo pode estar ligado a um patriotismo constituído pelo amor à pátria, à terra e ao grupo onde se nasceu. Mas, além disso, pode, também, estar ligado à ideia de solidariedade em relação à diversidade de culturas existentes num país e aos grupos sociais oprimidos. Há sempre uma distinção entre *nós* (nacionais) e os *outros* (não nacionais), mas esta distinção é flexível, baseada na noção de tolerância e de respeito pela diversidade. Os nacionalismos democráticos e revolucionários, em que se apoiaram as lutas pela independência, são exemplos do nacionalismo emancipador ou cívico.

Nacionalismo totalitário. Do lado oposto, a outra versão do nacionalismo é a que podemos identificar com o nacionalismo totalitário. Baseia-se na crença da superioridade de um povo em relação aos outros (muito comum nas doutrinas racistas). É um nacionalismo xenófobo (racista) que exclui os outros povos e nações. Distingue fortemente os nacionais dos não nacionais, em função das suas diferenças culturais, linguísticas e étnicas. A identidade nacional é definida, também, a partir da distinção entre o *nós* (nacionais) e os *outros* (não nacionais). Mas, desta vez, esta distinção é muito rígida e intolerante. Os grupos minoritários são desprezados e, por vezes, perseguidos. Trata-se de uma visão muito negativa do nacionalismo. Quer-se impor uma identidade unificada e uma só cultura dentro de um território, com o objetivo de obrigar as pessoas a ter uma visão comum da nação. Esta identidade unificada é, assim, confundida com a identidade nacional.

Nacionalismo emancipador ou cívico

Forma de nacionalismo constituído pelas ideias de nação baseadas em valores de participação e inclusão (todos fazem parte da nação e as diferentes culturas são reconhecidas).

Nacionalismo totalitário

Forma de nacionalismo racista e intolerante, baseado na ideia de superioridade de um povo em relação aos outros povos.

Atividade

Lê, com atenção, o texto seguinte:

A ideologia nacionalista tem medo da existência de uma identidade nacional definida a partir de várias culturas e de vários grupos de pertença. Nega que a identidade nacional possa ser construída à volta da diversidade, ou seja, de várias culturas e de várias línguas e maneiras de viver.

Com base neste texto, diz quais são as principais diferenças entre o nacionalismo emancipador ou cívico e o nacionalismo totalitário.



3.3 Relações entre países com diferentes níveis de desenvolvimento



Samir Amin (1931-)

Economista egípcio que estuda a dominação do sistema capitalista sobre os países mais pobres. Publicou “O vírus liberal: A guerra permanente e a americanização do mundo”.



Immanuel Wallerstein (1930-)

Sociólogo americano que estudou as relações desiguais entre países.



Os países do centro são os países economicamente mais desenvolvidos que dominam o sistema capitalista mundial.

Não existe um acordo sobre as características dos estados que se tornaram independentes depois da descolonização, em especial após a Segunda Guerra Mundial. Ainda hoje a discussão sobre este tema é muito forte. A pergunta que se faz é a de saber se esses estados devem adotar ou não os modelos de organização criados no Ocidente. Também se discute se os modelos de desenvolvimento económico, capitalista e ocidental, são aplicáveis a esses estados. Diz-se, muitas vezes, que a aplicação destes modelos faz desaparecer a organização social e económica tradicional das comunidades.

Os cientistas sociais **Samir Amin** e **Immanuel Wallerstein** estão entre os estudiosos que, de forma mais crítica, abordaram este tema. Dizem que o modelo ocidental de Estado e de desenvolvimento capitalista não pode ser aplicado, automaticamente, aos estados que surgiram depois das descolonizações. Há relações desiguais entre estados que resultam do facto de os países economicamente mais favorecidos serem os principais responsáveis pelo não-desenvolvimento (principalmente económico) dos países mais desfavorecidos. Os países colonizados foram obrigados a transferir as suas riquezas para os países colonizadores. Esta exploração da riqueza e do trabalho dos países colonizados fazia parte de um complexo sistema mundial de domínio de uns países – chamados países do centro (os mais desenvolvidos do ponto de vista económico) – sobre outros países, designados da periferia (os economicamente menos desenvolvidos).

Ainda hoje, apesar da sua independência e da recuperação da soberania nacional, mantém-se este domínio dos países do centro sobre os países da periferia. A dependência económica que existia durante a colonização não desapareceu. O fim do colonialismo não deu origem a uma total descolonização do mundo. Os povos independentes não europeus e não norte americanos (com algumas exceções, como a China, o Brasil, a Índia, etc.) continuam a viver debaixo das imposições de algumas elites dos países economicamente mais favorecidos. Muitas destas imposições são feitas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que representam os interesses dos países mais desenvolvidos.

Esta situação poderá manter-se e reproduzir-se ainda durante muito tempo. Por esta razão, muitos dos Estados-Nação, que surgiram depois das descolonizações, têm dificuldade em se organizar segundo o

modelo do Estado moderno. Isto acontece, principalmente, quando esta organização é muito diferente das tradições existentes nos países. Alguns têm tentado combinar os modelos de organização dos seus estados com estas tradições. Este é o caso, por exemplo, de Timor-Leste. Os conselhos locais dos Sucos (Conselho dos Katuas e outros) continuam a ter poderes para resolver alguns problemas que surgem nas suas comunidades.

A formação das identidades nacionais também acontece dentro destes contextos de dominação dos países do centro em relação aos países da periferia. Mas temos de reconhecer que em vários novos Estados-Nação surgiram nacionalismos totalitários, baseados em princípios racistas e étnicos (superioridade de uma etnia em relação a outras existentes no país). Em alguns estados, além destes princípios, existem, igualmente, situações de corrupção. E, em muitos estados, a liberdade de expressão é limitada. Pessoas, que criticam estas situações dentro dos seus próprios países são, por vezes, perseguidas, intimidadas e, às vezes, assassinadas.

Atividade



Lê, com atenção, o texto seguinte:

Não será sem dúvida uma tarefa fácil concretizar a independência, conciliando a diversidade de heranças culturais e as aspirações a uma vida melhor. É certo que Timor-Leste possui recursos naturais, nomeadamente hidrocarbonetos, e um potencial agrícola importante, mas terá também de enfrentar desafios sem precedentes: no interior, com um crescimento demográfico inédito, e no exterior, com uma crise económica mundial dos anos 2000 em paralelo com uma situação ambiental e climática problemática. [...] o caminho ainda é longo para os filhos do Grande Crocodilo.

Adaptado de Durand, F. (2010). *Timor-Leste: País no Cruzamento da Ásia e do Pacífico – Um Atlas Histórico-Geográfico*. Lisboa: LIDEL.

Escreve um pequeno texto, em casa, sobre este tema: “O caminho para concretizar plenamente a independência de Timor-Leste – independência económica, social e cultural – ainda é um caminho longo”.